

# Aprovado o "trem" dos servidores

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dois "trens da alegria" estiveram ontem nas mãos dos constituintes da Comissão de Sistematização. Um deles escapou e acabou aprovado, por decoro de prazo: os funcionários da União, dos estados, municípios, do Distrito Federal e dos territórios que tenham cinco anos de serviço na data da promulgação da futura Constituição estarão automaticamente estáveis no emprego.

O outro "trem" não passou. Foi eliminado o substitutivo de Bernardo Cabral por 51 votos contra 28 e 11 abstenções, com a aprovação da emenda supressiva do deputado Octávio Elísio (PMDB-MG). Se tivessem sido aprovados os parágrafos 3º e 4º do artigo 14 das disposições transitórias, estaria permitido o exercício da advocacia aos atuais procuradores da União que optassem por integrar o Ministério Público da União. Eles poderão optar pela Procuradoria Geral da União ou pelo Ministério Público, mas só atuar como advogados no primeiro.

O "trem da alegria" dos funcionários públicos ganhou imediatamente nome: "É um transitório de alegria, uma imoralidade que não podemos deixar passar", foi o protesto do líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio, que na sessão matutina da Sistematização havia defendido a emenda que derrubou o "trem" dos procuradores.

Durante a sessão da manhã, que já se estendia para além do meio-dia, seis lideranças partidárias do PMDB e do PT apresentaram a Mesa um

requerimento para a antecipação do exame e votação dos artigos 58 a 61, referentes à efetivação de servidores da União, dos estados, municípios, territórios e do Distrito Federal.

Na direção dos trabalhos da reunião, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) leu o requerimento e o aceitou como um pedido de constituintes, não de líderes (na comissão, não existe a figura do líder). Imediatamente, a ala opositora se manifestou. Tumulto diante dos microfones do plenário. O primeiro protesto veio do deputado Gérson Peres (PDS-PA): não concordando com a antecipação, considerou a medida um "golpe desleal" e ameaçou obstruir os trabalhos de votação, caso o pedido fosse aprovado.

De nada adiantou o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) argumentar que a antecipação resultava de consenso de todas as lideranças, para destacar matérias importantes que, por falta de tempo, poderiam ficar sem deliberação. Sem ela, o texto de Cabral, "um verdadeiro trem da alegria", estaria aprovado, beneficiando servidores sem concurso público.

### PAUSA INÚTIL

Diante do impasse e com a ameaça de bloqueio nas votações restantes, o senador Fernando Henrique Cardoso resolveu aceitar a sugestão de suspender os trabalhos para o almoço. Nesse intervalo, como tem ocorrido diariamente, os líderes tentaram entender-se para evitar o impasse nas votações. Fernando Henrique lembrou que, se prevalecesse o impasse, a opinião pública acabaria acusando a Comissão de Sistemati-



Líderes tentam acordo prévio sobre destaques

zação de no último dia ter votado e aprovado "trens da alegria".

"Se colocado em votação, o PFL e o PDS vão obstruir até o final", disseram os deputados Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Gérson Peres. Com eles concordou o deputado Siqueira Campos (PDC-GO): se a Sistematização havia aprovado a estabilidade no emprego aos funcionários das empresas privadas, por que não aos das estatais? Esse foi o raciocínio que dominou a maioria das discussões entre PMDB e PT, de um lado, e PFL e PDS, majoritariamente, de outro.

O líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, conseguiu reunir as lideranças de todos os partidos, na tentativa de votar o destaque supressivo do artigo 61, de autoria do deputado Nelson Friedrich. O fantasma da obstrução à votação prevaleceu. O encontro de duas horas foi inútil.

Mesmo Siqueira Campos, que concordou em dar estabilidade aos funcionários públicos, ponderava: "Pelo menos poderíamos aprovar um concurso interno. Lembremo-nos que no final de seu governo o general Figueiredo efetivou mais de cem mil

funcionários sem concurso, e nós protestamos contra isso". O debate durou mais meia hora, e não houve jeito de impedir a votação do dispositivo de estabilidade dos servidores.

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) procurou dizer que não era culpado de sua inclusão no substitutivo. O preceito estaria no texto de sua autoria em atendimento a vários parlamentares de todos os partidos, inclusive o PT, que aquela altura reclamava, através de Plínio Arruda, do "transatlântico da alegria".

### O NOVO STJ

Na sessão da manhã, foram aprovadas duas emendas relativas ao Superior Tribunal de Justiça — que substituirá o Tribunal Federal de Recursos — e aos tribunais federais regionais, também a serem criados. Por emenda do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), aceita por 63 votos a favor e uma abstenção (o senador Fernando Henrique Cardoso diz que sua abstenção foi, na verdade, falha do sistema eletrônico), foi eliminado o inciso II do artigo 12 do substitutivo, uma referência à lei complementar para fixar o número de ministros do STJ, e ficou esclarecido que caberá ao Tribunal Federal de Recursos elaborar a lista tripartite que completará o quadro do STJ.

Outra emenda, do deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), aprovada por 75 votos contra um e uma abstenção, eliminou a exigência do mínimo de dez anos de exercício da profissão para os juizes federais que serão escolhidos para integrar os tribunais federais regionais, na sua instalação. Segundo o parlamentar, não haveria hoje número suficiente de

juizes com esse tempo de exercício no cargo.

A Sistematização aprovou também emenda do deputado Antônio Perosa (59 a favor, 28 contra, cinco abstenções) garantindo aos substitutos das serventias judiciais, notariais e registrais, em caso de vacância, o direito de acesso à titularidade, desde que legalmente investidos na função na data da instalação da Constituinte.

### TERRAS

A Sistematização aprovou ainda emenda dos deputados Plínio de Arruda Sampaio e Luiz Ignácio Lula da Silva, ambos do PT-SP, determinando a revisão, por uma comissão mista do Congresso Nacional, de todas as doações, concessões e vendas de terras públicas com área superior a três mil hectares, efetivadas no período de 1 de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987. Aprovada por 54 votos contra 28 e três abstenções, a emenda estabelece que, havendo comprovação de irregularidade, as terras serão reintegradas ao patrimônio da União.

A criação do fundo de reforma agrária foi condenada por Francisco Dornelles (PFL-RJ) e por José Serra (PMDB-SP). O deputado paulista lembrou que esse fundo corresponde à destinação anual de 162 bilhões de cruzados à reforma agrária, perdendo apenas para educação e transportes.

Outra emenda determina a expropriação imediata da terra em que for encontrada plantação de tóxicos. A expropriação será feita mesmo na área urbana e em laboratórios clandestinos.

# Muita polêmica, pouca mudança

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Depois de 55 dias de trabalho quase ininterrupto, que incluiu os sábados e até vários domingos, a Comissão de Sistematização da Constituinte concluiu ontem a sua tarefa, para encaminhar ao plenário da Assembleia Nacional o substitutivo Bernardo Cabral com relativamente poucas alterações, porém com mais pontos polêmicos. Ao sistema de governo (mantida a opção pelo parlamentarismo), mandato do presidente Sarney, (com a opção pelos quatro anos), conceito de empresa nacional, estabilidade no emprego, quase totalização do setor de saúde, juntaram-se o monopólio do poder público na distribuição dos derivados de petróleo e vários benefícios atribuídos aos trabalhadores. Na próxima semana, começarão as votações em plenário. Mas antes terão de ser votadas as normas que o - Centro - democrático propôs para orientá-las.

A Comissão de Sistematização, constituída de 93 titulares (PMDB, 48; PFL, 24; PDS, 6; PDT, 3; PTB, 3; PT, 2; PL, 1; PDC, 1; PC do B, 1; PCB, 1; PSP, 1 e PMDB 1) e mais 53 suplentes, iniciou seus trabalhos no dia 24 de setembro. A princípio, morosamente, com exame metódico de cada dispositivo. Teve dias em que só conseguiu deliberação sobre alguns poucos parágrafos de um mesmo artigo. Estava claro que naquele ritmo não concluiria seus trabalhos nem até o final do ano. Quando Ulisses Guimarães e as lideranças partidárias decidiram prorrogar o prazo da Comissão, por mais 20 dias, restavam ainda, para exame, mais de sete mil pedidos de destaque para votação em separado de emendas ou de partes do substitutivo. Fixou-se então um cronograma de trabalho com uma espécie de "decurso de prazo". Não concluiu o exame de determinados títulos ou capítulos, dentro do prazo, seriam considerados aprovados, em prejuízo dos destaques não votados, os quais iriam também para o plenário. As lideranças partidárias passaram a fazer reuniões prévias para organizar as pautas das votações, com os destaques que consideravam mais importantes. Somente assim a Comissão conseguiu acelerar seus trabalhos e concluí-los dentro do novo prazo.

São inafiançáveis e imprescritíveis os crimes de tortura, não o de tráfico de drogas.

O substitutivo da Comissão de Sistematização, que é o segundo texto do relator Bernardo Cabral com as alterações feitas ao longo desses 55 dias de trabalho, está praticamente pronto. Até domingo, já estava pronta a redação final dos sete primeiros títulos do substitutivo, e os assessores da relatoria concluíam a do título VIII ("da ordem social"), cuja votação terminou no sábado.

Pelo regimento interno da Constituinte, o substitutivo iria à votação

com os destaques pedidos para as emendas existentes, ficando assegurados aqueles deferidos e que não chegaram a ser votados na Comissão. Mas a iniciativa do Centro mudou tudo. Propôs alteração regimental para que seja permitida a apresentação de novas emendas, até substitutivas e para que as partes destacadas do substitutivo da Comissão, para votação em separado, só possam ser nele mantidas se obtiverem os 280 votos mínimos exigidos para a aprovação de qualquer material constitucional. Ulisses Guimarães, em nome da Mesa, ofereceu um projeto substitutivo, como alternativa: abre-se prazo de três dias para a apresentação de emendas ao substitutivo (cada constituinte poderá apresentar até três e pedir seis destaques para emendas do substitutivo); poderão ser apresentadas emendas substituindo integralmente qualquer capítulo ou subseção, desde que com apoio, por escrito, de 187 constituintes. O relator vai depois se pronunciar sobre essas emendas, que irão para o plenário em bloco, como rejeitadas ou aprovadas. Mas qualquer uma poderá ser destacada para votação em separado. Essa questão deverá ser resolvida no curso da semana, para que na próxima o plenário comece a votar o substitutivo.

Ao contrário do que previa o substitutivo, cada categoria só pode ter um sindicato.

### AS ALTERAÇÕES

Foram as seguintes as principais alterações sofridas pelo substitutivo na Comissão de Sistematização: no preâmbulo, foram acrescentadas apenas mais algumas expressões, para enfatizar que "a soberania reside no povo" e que os poderes a ela inerentes "são exercidos por representantes eleitos ou diretamente pelo povo".

No que se refere aos direitos individuais e coletivos, o texto da Sistematização afirma que é livre a manifestação do pensamento, tendo sido excluído do texto a proibição de "incitar à violência ou defender a discriminação". Foi mantida a imprescritibilidade e a inafiançabilidade para os crimes de tortura, mas excluído o crime de tráfico de drogas, e não se aceitou a inclusão do terrorismo. Ficou estabelecido que ninguém será identificado criminalmente antes de condenação definitiva, estando também proibida a extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião.

Já as desapropriações só podem ser feitas mediante "justa e prévia indenização" e a propriedade rural de até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de quaisquer débitos. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

### DIREITOS SOCIAIS

De acordo com o projeto da Sistematização, os trabalhadores pas-

sam a ter direito a piso salarial e a duração do trabalho passa a ser de 44 horas semanais, com as horas extraordinárias sendo pagas em dobro. A licença-gestação passa de 90 para 120 dias e o aviso-prévio será proporcional ao tempo de serviço, com um mínimo de 30 dias. Os direitos trabalhistas não prescrevem durante a vigência do contrato de trabalho e até dois anos depois da sua rescisão. Fica proibida a intermediação da mão-de-obra permanente, salvo os casos previstos em lei. A Comissão manteve a unicidade sindical, quando pelo substitutivo, poderia ser criado mais de um sindicato numa mesma categoria profissional e na mesma área.

Fica assegurada participação de trabalhadores e empregadores nos órgãos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

O projeto estabelece ainda que todas as empresas com mais de 50 empregados têm de reservar 10% do seu quadro de pessoal para trabalhadores com mais de 45 anos de idade.

Em relação ao direito político, é facultado o voto para maiores de 16 anos. Qualquer lei alterando o processo eleitoral — prossegue o projeto — só entra em vigor um ano depois de sua publicação.

Na área da administração pública, o novo texto prevê que a revisão da remuneração dos servidores públicos civis e militares será feita não somente na mesma época, como estava no substitutivo de Bernardo Cabral, como também nos mesmos níveis. Os deputados federais, os senadores, os ministros de Estado e os ministros do Supremo Tribunal Federal terão os mesmos vencimentos e as mesmas vantagens.

Os vencimentos de qualquer espécie estão sujeitos aos impostos gerais, inclusive os de Renda e extraordinários.

Pelo novo texto, os vencimentos dos servidores estarão sujeitos à tributação.

No caso de morte de servidor público, a pensão será integral e não, como propunha o substitutivo: 50%, mais 10% para cada dependente econômico, até o limite da remuneração ou proventos do falecido.

### VOTO DISTRIAL

A Comissão de Sistematização manteve a denominação atual das duas Casas do Congresso Nacional: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Pelo substitutivo, seriam Senado da República e Câmara Federal. Foi mantido também o atual sistema proporcional para a eleição dos deputados federais. O substitutivo deixava para lei complementar estabelecer o sistema eleitoral, abrindo caminho, portanto, para a adoção do voto distrital. Pelo novo texto, deixa de ser vedada a apresentação de emenda à Constituição visando a abolir a forma republicana de governo ou o sistema parlamentarista de governo.

Já em relação ao Judiciário, é criada a Justiça Agrária no âmbito da Justiça estadual, que para esse fim designará juizes especiais, os quais poderão deslocar-se, se houver necessidade, até os locais dos conflitos. É tornada obrigatória (e não facultativa, como pretendia o substitutivo) a criação, em todo o País, do Juizado de Pequenas Causas.

A Sistematização manteve o controvertido Conselho Nacional de Justiça, proposto pelo substitutivo, eliminando-se, porém, sua atribuição como órgão de controle externo e deixando-se para a lei complementar dispor sobre a sua organização e funcionamento.

É reduzido o âmbito da competência do STF, que não poderá avocar causas nem julgar contra decisões do Superior Tribunal de Justiça (criado pelo substitutivo) caso considere relevante a questão federal, e ampliado para 27 o número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

Pelo novo texto, fica eliminada a permissão que a União tinha para lançar mão do "empréstimo compulsório" para "absorção temporária de poder aquisitivo", ou seja, como instrumento de política econômica, como se fez ao tempo do Plano Cruzado, quando o empréstimo foi lançado sobre os automóveis, as viagens ao Exterior e os combustíveis (onde perdura), para conter o que o governo considerava excesso de demanda.

Foi também eliminada a proibição, contida no substitutivo, de se estabelecer privilégio de natureza processual para a Fazenda Pública em detrimento do contribuinte.

No que se refere à ordem econômica, a Sistematização estendeu o monopólio da União à distribuição dos derivados do petróleo, podendo essa atividade ser exercida por empresas de capital majoritário brasileiro. É transferida para lei complementar a controvertida questão da imissão de posse de terras desapropriadas para fins de reforma agrária, mas fica assegurado a qualquer pessoa o exercício das atividades econômicas, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo os casos previstos em lei.

No capítulo da ordem social, foi mantida a orientação estatizante do sistema único de saúde, mas eliminada a possibilidade de o poder público ficar com o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matérias-primas para a indústria farmacêutica. O projeto estabelece que, no âmbito da previdência social, os proventos dos aposentados serão iguais ao valor integral do salário de contribuição e serão corrigidos para acompanhar a inflação.

Fica assegurada ampla autonomia às universidades e o mercado brasileiro é declarado patrimônio nacional.

Outras partes polêmicas desse título, como a comunicação, o meio ambiente e os índios, não chegaram a ser examinadas. Ficaram, por "decurso de prazo", como estavam no substitutivo e assim irão ao plenário.

# Mesa decide hoje sobre regimento

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Constituinte vai se reunir hoje para aprovar o calendário dos trabalhos constituintes a partir do final da votação do substitutivo de Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização. Outra questão a ser tratada é a votação do projeto de resolução do Centro, que altera o regimento interno da Constituinte.

De acordo com entendimento prévio entre as lideranças, a votação das alterações do regimento deverá ser na terça-feira, em reunião extraordinária do plenário. Até lá, a Câmara e o Senado farão reuniões, separadas e conjuntas, para votar diversas matérias da legislação ordinária, entre elas a proposta de orçamento da União e o projeto de software.

# A força e a fraqueza do Centro

FERNANDO VERGUEIRO

O Centro requereu a mudança do regimento interno da Constituinte na última terça-feira. Quer o direito de propor substitutivos, integrais e aos títulos do texto que for levado a plenário: seja ele o do relator Bernardo Cabral, seja aquele aprovado pela Comissão de Sistematização.

Por trás de uma simples alteração de regimento interno, está a realidade de uma luta pela recuperação do poder da maioria.

As minorias de esquerda se posicionaram para dominar o rumo da Constituinte quando foi aprovado o regimento interno: nele se previa que a Comissão de Sistematização iria aprovar um projeto que só seria derrubado em plenário pelo voto de 280 deputados.

Isto criou o domínio do voto de 47 deputados da Sistematização, que, para terem sua vontade alterada, precisavam de 280 votos contrários em plenário.

Alguém de muita experiência parlamentar orientou o regimento interno a favor da minoria; quem o redigiu sabia que reunir 280 deputados conservadores é difícil — mante-lo em plenário por um período maior que alguns dias é impossível.

A diferença entre os deputados de esquerda e os moderados (centro-direita) é que os primeiros vivem em função de sua atividade política; estão 24 horas por dia agindo em função da Constituinte. Os parlamentares moderados têm suas profissões, empresas e afazeres; precisam sustentar duas frentes de trabalho ao mesmo tempo, e, por isso, são de permanência instável em Brasília.

Coilher 319 assinaturas ao longo de dez dias como fez o Centro é uma coisa: manter 280 conservadores em plenário é outra.

Sentiu-se facilmente que a coleta de assinaturas do Centro sofreu uma queda de rendimento após os dez primeiros 230 congressistas; foi necessário esperar que os deputados, espalhados por todo o Brasil, retornassem, para chegar ao número final.

Existe a maioria, mas é quase impossível organizá-la.

Quando o constituinte Mário Covas foi eleito líder do PMDB, com um belo discurso anti-Ulisses, a esquerda, sua realidade, estava tomando o controle da Constituinte, por via da Comissão de Sistematização.

Pois Covas nomeou como relatores das subcomissões e comissões homens de esquerda; e como seus presidentes, homens de centro-direita. O ato, aparentemente equilibrado, colocou na Comissão de Sistematização 18 parlamen-

tares de esquerda e seis moderados, ampliando o domínio já existente do pensamento social-estatizante.

A maioria foi traída pela sua própria inércia e desatenção. Agora, o Centro tenta repór o domínio do poder constituinte nas mãos da maioria, mas tem problemas inúmeros.

Primeiro, o problema das lideranças: enquanto a esquerda dá mostras de agüerimento e preparo, as lideranças moderadas têm sido tíbias e, muitas vezes, incompetentes. Os grandes nomes conservadores, por motivos diversos, se conservaram cautelosamente à meia-luz.

Depois, o problema da permanência dos seus constituintes em Brasília. É tarefa para ninguém botar defeito: requer uma organização capaz de harmonizar 319 homens auto-suficientes, que exercem o individualismo como religião.

Mas também se põe uma dúvida quanto aos eios de união de pensamento entre estes deputados. Ao contrário dos homens da esquerda, que abrem mão de sua opinião pessoal, em benefício do pensamento comum, os moderados seguidamente vêm dando demonstração de como é fácil se dividirem por pequenas divergências de ponto de vista. E basta o Centro se dividir, para a esquerda reinar.

No momento, o presidente Ulisses dialoga com os constituintes. Quer que se abra prazo para novas emendas, sim, mas substitutivo integral ou por títulos e capítulos, não.

O presidente da Constituinte, que é o maior conhecedor do espírito parlamentar nesta legislatura, sabe que esta proposta será bem absorvida pela esquerda; esta conhece integralmente as fraquezas do adversário. Se o Centro aceitar a contraproposta que os jornais anunciam, terá perdido sua melhor arma. Jamais terá capacidade de lutar uma guerra de guerrilha, artigo por artigo. Sobre-lhe força para uma decisão rápida, mas não tem estrutura para uma luta prolongada.

Neste confronto se definirá a sorte da Constituinte. Impondo, com a força de sua maioria, a possibilidade de votar substitutivos integrais e por títulos, o Centro adquirirá a possibilidade de alterar o rumo atual dos trabalhos. Aceitando que se abra apenas a possibilidade de votar emendas de artigos e capítulos, os moderados terão pela frente um caminho quase impossível de ser trilhado.

Fernando Vergueiro é diretor-secretário da Sociedade Rural Brasileira, vice-presidente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, diretor da Associação dos Empresários da Amazônia e faz a ligação da Frente Ampla da Agricultura com o Congresso.

# Até um rato entrou para a História

Foam quase dois meses de intensa atividade, exatos 55 dias de muito trabalho e longas e acaloradas discussões sobre importantes questões, mas também de muita oratória em torno de temas fúteis e energia gasta com iniciativas que nada tinham que ver com a redação da futura Carta. O deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) sustentou emenda de sua autoria transformando a cidade de Petrópolis numa espécie de Bahamas. Seu colega, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), perseguiu no plenário um pequeno camundongo, batendo-o a pisões. Já o deputado José Genofino (PT-SP) desarmou espíritos montando um "ministério" com nomes escolhidos no Centro, um dia depois de seus líderes terem encaminhado requerimento para modificar o regimento interno e, assim, apresentar substitutivo ao anteprojeto aprovado pela Sistematização.

O plenário da Comissão viveu dias de forte emoção e suspense, como domingo passado, quando o painel eletrônico anunciou empate na votação do mandato do presidente

José Sarney. A tensão diminuiu quando o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) anulou o resultado, depois do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) ter comunicado que seu voto favorável aos quatro anos fora computado como de apoio aos cinco. Arinos cancelou a votação, não propriamente para atender ao parlamentar, mas porque também se havia enganado, apertando o botão da abstenção, quando queria votar contra a emenda dos quatro anos.

Foi emoção pura o que se viu quando a Mesa anunciou 48 votos a favor da emenda Jorge Hage (PMDB-BA) marcando para o próximo ano as eleições presidenciais. Parlamentares conheceram dias de glória e de melancolia, como o líder Mário Covas, aplaudido na véspera pelo seu discurso a favor da redução do mandato de Sarney, mas valendo no dia seguinte, quando foi contra e impediu a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita, compromisso público assumido pelo PMDB ao longo dos últimos 20 anos.

Os 55 dias de atividade da Co-

missão de Sistematização teriam possivelmente sido duplicados se, logo no início, as lideranças partidárias e a Mesa não tivessem escolhido mais dois vice-presidentes, os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Jarbas Passarinho (PDS-PA). Ficou claro que, devido à sua idade, o senador Afonso Arinos não teria energia para conduzir diariamente os trabalhos, enquanto o vice-presidente, deputado Aluízio Campos (PMDB-PB), atrapalhou-se na tarefa todo o tempo, sendo impossível ao deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) presidir sozinho as sessões. Passarinho e Cardoso aceleraram os trabalhos da Sistematização, somando-se a Afonso Arinos na forma jocosa de conduzi-los.

O painel eletrônico de votação foi caso à parte na história da Sistematização, cujo emprego provocou situações engraçadas, pitorescas e muita discussão. Alguns protestaram contra seus resultados, procurando anulá-los, mas os técnicos encarregados da manutenção do sistema eletrônico, alemão, garantem que as falhas foram todas humanas. E

graças a uma delas, a votação do mandato de Sarney foi inteiramente nominal.

Os partidos de esquerda e os integrantes do Movimento de Unidade Progressista do PMDB, o chamado MUP, foram os mais assíduos, aplicados e articulados na Comissão de Sistematização, arrancando conquistas a despeito de serem minoria. Numa manobra bem articulada, e para a qual atraíram os votos do PFL, conseguiram aprovar a garantia de emprego, contra a dispensa imotivada, colocando a liderança oficial do PMDB num dilema: ou votava a favor da garantia, ou aprovava a emenda dos empresários gaúchos, consagrando as demissões arbitrárias.

Já o aparecimento de um pequeno rato serviu para descontrair o ambiente. Vindo não se sabe de onde, o camundongo atravessou o plenário, levando a deputada Rita Camata (PMDB-ES) a encolher as pernas, até ser abatido pelo "herói" do dia, o deputado Arnaldo Faria de Sá, que tripudiou sobre sua pequena cabeça.

# O bom senso na República

"Finalmente, o bom senso e a prudência iam-se firmando no caráter nacional. As crises, mercê da clareza das elites e da boa índole do povo, foram contornadas." A frase é de um editorial do gabinete do ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e se refere aos primeiros anos da República, quando confrontos de vários tipos "fizeram perlicitar as instituições e mesmo a integridade política e territorial do Brasil". O editorial foi publicado no *Noticário do Exército*, domingo.

**RESERVAS**  
Chalés Hotel  
Fazenda  
**VALE DO SOL**  
SERRA NEGRA  
0192-92-3500  
SP-257-3955  
LUA DE MEL - FINS DE SEMANA-FÉRIAS